

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO DEPARTAMENTO
DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JULIANA GHUZI

**MIGRAÇÃO INTERNA: O ESTUDO DO FENÔMENO
NO MUNICÍPIO DE JACUIZINHO (RS)**

**Florianópolis
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO DEPARTAMENTO
DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JULIANA GHUZI

**MIGRAÇÃO INTERNA: O ESTUDO DO FENÔMENO
NO MUNICÍPIO DE JACUIZINHO (RS)**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gelinski Neto

**Florianópolis
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota (8,5) à aluna Juliana Ghuzi na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Gelinski Neto

Prof. Luiz Carlos de
Carvalho Junior

Luiz Mateus Ferreira

Como forma de gratidão e admiração, dedico esta monografia a meus pais, esposo, colegas e ao professor doutor Francisco Gelinski Neto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida que me foi concedido e por ter iluminado o meu caminho em todos os momentos.

Aos meus pais, Heitor e Nilza, e demais pessoas que me acolheram e apoiaram durante todo o Curso.

Ao Marcos, pelo seu amor e por compartilhar comigo os momentos de tristezas e também de muitas alegrias.

Ao Professor Doutor Francisco Gelinski Neto, pela orientação, paciência, competência e dedicação na execução deste trabalho.

Aos colegas, que junto comigo persistiram e encontraram força para continuar.

As famílias do município de Jacuizinho, que me receberam e relataram parte das suas vidas, assim como os demais entrevistados que não pouparam tempo em relatar suas experiências e desta forma contribuíram para meu estudo.

Em nome do tutor Luciano Corraza, agradeço aos Docentes do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade, ao usufruir de seus ensinamentos, e assim poder então realizar um dos meus sonhos.

A todos, a minha sincera gratidão!

*A economia não lida com coisas e objetos materiais tangíveis;
trata dos homens, suas ações e propósitos.*
Ludwig Von Mises

RESUMO

Os fluxos migratórios trazem reflexos sobre os locais de origem e de destino dos migrantes, influenciando diretamente sobre o desenvolvimento das regiões envolvidas. Neste sentido, este estudo aborda a questão da migração em Jacuizinho (RS), com o objetivo geral de identificar os fatores que influenciaram a migração e seus impactos no crescimento social e econômico no município. Para isso, buscou-se aporte teórico em literatura específica sobre migração, procurando-se aplicar às variáveis encontradas através de pesquisa documental e de campo. Foram identificados fatores de atração para locais de destino dos migrantes e fatores de expulsão em relação ao local de origem, bem como migração sem e com retorno.

Palavras-chave: fluxo migratório, impactos sociais e econômicos, atração, repulsão.

ABSTRACT

Migration flows bring reflexes on the places of origin and destination of migrants, influencing directly on the development of the regions involved. In this sense, this study addresses the issue of migration in Jacuizinho (RS), with the overall aim to identify the factors that influenced the migration and its impact on social and economic growth in the city. For this, it was sought theoretical support in the specific literature on migration, seeking to apply the variables found by documentary research and field. Factors were identified for attraction places of destination of migrants and push factors in relation to place of origin and migration with and without return.

Keywords: migration, social and economic impacts, attraction, repulsion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Migrações internas na década de 1970	22
Figura 2 – Migrações na década de 1990	23
Figura 3 – Gaúchos que vivem em outros estados do Brasil	27
Figura 4 – Taxas de emigração, imigração e migração interna	28
Figura 5 – Taxa de urbanização por Corede em 2010	29
Quadro 1 – Estabelecimentos agropecuários de Jacuizinho (2006)	32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	10
1.2 Objetivos	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
1.3 Justificativa	12
1.4 Termos, conceitos e procedimentos metodológicos	13
2 TEORIAS DA MIGRAÇÃO	14
2.1 Abordagem micro ou neoclássica-funcionalista	16
2.2 Abordagem macro ou estruturalista	17
2.3 Abordagem familiar ou domiciliar	19
3 MIGRAÇÃO NO BRASIL	21
3.1 A migração no contexto nacional	21
3.2 A migração no Rio Grande do Sul	26
4 ESTUDO DE CASO	31
4.1 O município de Jacuizinho	31
4.2 A migração no município de Jacuizinho: depoimentos e análise	34
4.2.1 Migração sem retorno	35
4.2.2 Migração com retorno	39
5 CONCLUSÕES	44
REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	49

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do tema e apresentação do problema

Para Lee *apud* Oliveira (2011, p.12), a migração é “mudança permanente ou semipermanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração interna”.

O fenômeno migratório existe desde os primórdios da humanidade, quando estava em jogo a questão da sobrevivência da espécie. Na própria Bíblia encontra-se o caso do povo hebreu, registrado no livro *Êxodo*. Bem recebidos, a princípio, no Egito, os hebreus acabam se tornando escravos, e são liderados por Moisés em seu êxodo, para a Terra Prometida, onde haveria, além da liberdade, fartura.

A espécie humana evoluiu, surgiram os centros urbanos, a questão da terra já não é mais a mesma. Junto com as transformações, foram aparecendo problemas sociais, econômicos, agrários, entre outros. A mobilidade já não é mais uma simples questão de sobrevivência, mas também de condições dignas de vida, conforme asseguram os direitos fundamentais do ser humano. O direito de ir e vir, garantido pela Constituição Federal, não se restringe apenas à liberdade de movimento, mas também no sentido de procurar espaços geográficos onde o indivíduo possa viver dignamente, já que aquele em que nasceu ou onde habita não lhe oferece mais esta condição.

Muitas podem ser as razões que levam um indivíduo ou grupos a migrar. Entre essas, podem ser citadas: colonização, crescimento econômico, enriquecimento, melhores condições de vida, oportunidades de trabalho. Para Brito (2009, p.3), “o migrante é considerado como um indivíduo dotado de racionalidade econômica na decisão de migrar e, portanto, capaz de desenhar os seus caminhos pelo território de uma maneira adequada às necessidades do mercado de trabalho”.

Sjaastad *apud* Brito (2009) também enfatiza a racionalidade do migrante quanto ao aspecto econômico, inclusive vê a própria migração como sendo positiva para o desenvolvimento econômico. De fato, a migração trouxe desenvolvimento em

muitas regiões de destino de migrantes; mas como ficam as regiões que, devido a problemas estruturais de estagnação, escassez de oferta de trabalho, entre outros fatores, acabam por expulsar parte de seus habitantes?

Assim, tendo como tema a migração, a questão principal deste estudo é: qual o impacto da migração interna no município de Jacuizinho (RS) e quais suas causas?

A partir deste questionamento, busca-se compreender as causas do movimento migratório e seus impactos no município de Jacuizinho. Para isso, o presente estudo foi dividido em cinco partes. A contextualização do tema e do problema, objetivos e metodologia estão contemplados na primeira parte. Na segunda, apresenta-se a revisão bibliográfica teórica sobre as migrações. Na terceira parte, faz-se uma análise das migrações no contexto brasileiro e no Estado do Rio Grande do Sul. Na quarta parte, analisa-se o caso do município de Jacuizinho. Por fim, na última parte, são feitas as considerações finais.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral é identificar e analisar os fatores da migração interna em Jacuizinho (RS) e seus impactos no crescimento social e econômico deste município.

1.2.2 Objetivos Específicos

Aprofundar os conhecimentos sobre as teorias da migração.

Caracterizar os movimentos migratórios no contexto brasileiro e sul-riograndense;

Analisar as causas e conseqüências da migração interna em determinado contexto, realizando um estudo de caso.

1.3 Justificativa

Segundo Gonçalves, (2001, p.1) “Os grandes deslocamentos humanos, via de regra, precedem ou seguem mudanças profundas, seja do ponto de vista econômico e político, seja em termos sociais e culturais”. Isso significa que a migração é um sintoma de que algo ocorreu ou está ocorrendo na história, seja ela local, nacional ou internacional. Daí a importância de se estudar os movimentos migratórios e o que está por trás dos mesmos.

Difícilmente pode-se tratar o tema migração sem relacioná-lo à desigualdade social, à pobreza ou à exclusão social. Detectar as motivações para a migração é uma estratégia para o estabelecimento de políticas públicas de geração de renda e emprego, já que a mobilidade humana está vinculada em grande parte à falta de recursos financeiros para uma vida digna.

1.4 Termos, conceitos e procedimentos metodológicos

O tema deste estudo é a migração interna, que ocorre dentro de um mesmo espaço geográfico. Para uma melhor compreensão do fenômeno migratório, convém inicialmente esclarecer termos específicos relacionados à migração de um modo geral.

- Êxodo rural ou migração rural-urbana: caracteriza-se como movimento da população rural em direção aos centros urbanos;
- Migração urbano-rural: transferência de população urbana para a zona rural;
- Migração urbana-urbana: trata-se da mudança de um centro urbano para outro;
- Migração rural-rural: mudança de uma zona rural para outra área rural;

- Migração sazonal: é temporária e ocorre em determinados períodos do ano, por ocasião de colheitas que exigem mão-de-obra extra;

- Migração pendular: caracteriza-se como o movimento diário de pessoas que residem em um município e se deslocam para trabalhar em outro, retornando à residência no final do dia;

- Nomadismo: trata-se de deslocamento constante de um lugar para outro, como os ciganos, por exemplo.

Além disso, convém esclarecer outros termos citados no presente estudo:

- imigração: ato de entrar em um país;

- emigração: ato de sair de um país.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória na qual serão utilizadas fontes primárias e secundárias de dados obtidos por meio de entrevistas e revisão de literatura. A revisão de literatura centra-se em materiais publicados sobre migrações. O método de pesquisa empregado é o estudo de caso.

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa indicada quando são colocadas questões que envolvem respostas para “como” e “por que”. O estudo de caso é especialmente indicado para pesquisas empíricas quando se investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real, como é o presente estudo (YIN, 1989).

2 TEORIAS DA MIGRAÇÃO

Apesar de ser uma questão tão antiga quanto a humanidade, as teorias sobre migrações demoraram a se consolidar no âmbito das principais ciências sociais e econômicas. Sabe-se que, no fim do século XIX e no início do século XX, houve um intenso movimento migratório, tanto do campo para os centros urbanos como transoceânicos. Contudo, a questão das migrações tem sido pouco tratada (PEIXOTO, 2010), a não ser na Geografia e na Demografia, em que o tema interessa diretamente.

Em parte isso se explica por ser um tema considerado “terra de ninguém”, na expressão de Peixoto (2010, p.4), no sentido de que não pertence só a uma área, mas a diversas ciências.

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante (JANSEN *apud* PEIXOTO, 2010, p.4).

O pioneiro nos estudos sobre as migrações foi o geógrafo e cartógrafo inglês Ernest George Ravenstein, que elaborou dois textos sobre as “leis das migrações”, publicados em 1885 e 1889. Neste caso, “lei” está no sentido de imperativos e forças que impelem indivíduos ou grupos sociais a migrar.

As principais “leis” de Ravenstein a respeito das migrações são, **segundo** Klein *et al.* (2009):

- a) Os deslocamentos populacionais quase sempre ocorrem em direção a centros industriais e comerciais.
- b) Os migrantes, em sua maioria, procedem de localidades vizinhas.

- c) Os habitantes da zona rural migram mais do que os dos centros urbanos.
- d) A melhoria em transportes e meios de locomoção favorece a migração.
- e) A uma corrente migratória se opõe uma contracorrente.
- f) Predominam os fatores econômicos dentre as motivações para migrar.
- g) Nas migrações de pequeno percurso, há predominância de mulheres.

Ainda que contenham certas restrições, até mesmo em vista do contexto histórico em que foram realizados, os estudos de Ravenstein constituem-se em marco referencial no tema migrações. O seu valor é reconhecido no que se refere à análise empírica do fenômeno migratório, que ainda hoje guarda alguns traços metodológicos e que ainda podem ser aplicados em determinados contextos atuais (PEIXOTO, 2010; KLEIN *et al.*, 2009)

“Temas e conceitos enunciados por ele serão posteriormente retomados, como classificação de migrantes (temporários, de curta e média distância, entre outros), migrações por etapas, regiões de atração e repulsão, efeito da distância, contracorrentes, ação de estímulos econômicos” (PEIXOTO, 2010, p.5).

Dentre os estudos esboçados por Ravenstein, merecem destaque os modelos de atração-repulsão (*pull-push*) que representam uma acepção “típica de uma leitura econômica neoclássica da realidade” (PEIXOTO, 2010, p.5).

Na gênese da decisão de migrar está um agente racional motivado, seja ele um indivíduo ou um grupo. Por isso, na caracterização dos movimentos migratórios, existem duas principais abordagens: a micro e a macro. Alguns autores acrescentam uma terceira, que se refere à família ou a um domicílio.

O debate entre as abordagens teóricas acerca do fenômeno migratório, por muito tempo, dividiu-se entre o aporte neoclássico-funcionalista e o estruturalista. Entre aqueles que se filiam à primeira abordagem encontra-se o clássico artigo de Lee (1980), que foi elaborado na perspectiva da teoria da modernização. Do outro lado, encontra-se como uma das mais importantes contribuições, sobretudo a respeito das migrações internas nos países em desenvolvimento, o artigo de Singer (1980), que segue a linha histórico-estruturalista (OLIVEIRA, 2011, p.12).

Fazendo uma correlação entre os enfoques, associa-se o aporte neoclássico-funcionalista às teorias micro (agente individual) e o estruturalismo às teorias macro (grupos). A seguir, explicita-se cada uma dessas abordagens.

2.1 Abordagem micro ou neoclássica-funcionalista

O papel do agente individual é o ponto em comum para o grupo das teorias micro. É o modelo neoclássico de escolha individual. Embora o contexto social e econômico seja um condicionante na decisão de migrar, é a vontade individual que prevalece.

“Esta forma de abordar o tema migratório é comum à sociologia mais geral” (PEIXOTO, 2010, p.13). Por isso, alguns autores, como o próprio Peixoto, preferem usar a expressão teoria micro-sociológica.

Ravenstein *apud* Peixoto (2010) afirmava que o principal motivo de uma migração individual era o desejo por melhores condições de vida, em que entra o aspecto econômico, como a renda, por exemplo.

Na essência, trata-se do modelo *push-pull*, já delineado por Ravenstein, que teve seguidores, como Zipf (1946), Stouffer (1940 e 1960) e Lee (1966 e 1969). Em todos esses autores há um ponto em comum que é a associação de fatores de atração e repulsão a obstáculos que explicam o fenômeno da migração (PEIXOTO, 2010).

“Os elementos que presidem à decisão e ao processo migratório são os fatores associados à área de origem, fatores associados à área de destino, obstáculos intervenientes e fatores pessoais” (LEE *apud* PEIXOTO, 2010, p.15). Quer dizer, antes da decisão de emigrar, é feita uma análise sobre para onde migrar, quais os fatores positivos ou negativos do possível lugar de destino, e quais os inconvenientes ou benefícios da migração Lee, que parte dos estudos de Ravenstein, de 1885, além destes fatores, acrescenta que sempre existem fatores positivos (*pull*) ou negativos (*push*) que influenciam na decisão de migrar (SANTOS *et al.*, 2010).

Os fatores no local de origem, de Lee, seriam aqueles associados à decisão de emigrar, podendo ser positivos, negativos ou nulos. Esses pesos também seriam atribuídos ao local de destino. O saldo desses fatores, mediados pelos obstáculos intervenientes entre a origem e o destino, bem como pelos fatores pessoais, determinariam a decisão de migrar e o sentido do fluxo. Cabe ratificar que na raiz da questão central, norteadora da proposição de Lee, encontra-se o binômio modernização-desenvolvimento econômico. Para o autor, esta seria uma construção de fácil compreensão e aceitação (OLIVEIRA, 2011, p.13).

Ainda que se diga que a decisão individual de migrar seja racional, ela não o é totalmente, em vista do desconhecimento de certas variáveis que serão encontradas no lugar de destino.

Na abordagem micro, custos e benefícios são levados em conta na decisão de migrar. Os custos relativos a investimentos, sejam sobre educação, treinamento ou sobre a própria migração, visam a melhores condições de vida (MUNIZ, 2002).

Na teoria do capital humano, é essencial que o indivíduo analise os custos e benefícios em longo prazo, pois os resultados da ação de migrar não serão sentidos em curto prazo. Às vezes, como no caso de um chefe de família, o retorno do investimento na migração só será sentido após o crescimento dos filhos, quando estes também poderão contribuir para a renda familiar. Sjaastad *apud* Peixoto (2010) argumenta que o investimento em capital humano envolve investimentos paralelos, como educação e formação.

O ciclo de vida e a trajetória social também são variáveis na decisão de migrar. Indivíduos jovens que migram teriam teoricamente mais tempo para usufruir os efeitos benéficos esperados da migração, ao contrário de idosos. A trajetória social envolve, por exemplo, uma determinada carreira profissional, que seria impossível de seguir no local de origem, o que motivaria a migração a centros onde ela pudesse se concretizar.

2.2 Abordagem macro ou estruturalista

A abordagem macro sobre a migração está condicionada a fatores histórico-estruturais e envolve grupos sociais.

Para esta vertente de autores, os movimentos migratórios são determinados dentro de uma esfera histórico-estrutural ampla, capaz de suplantar os interesses individuais dentro de um processo de decisão. Em outras palavras, considerar o contexto econômico e social no qual estão inseridos os migrantes potenciais é mais importante para se analisar as causas do deslocamento populacional do que a simples análise de custos e benefícios sugerida pela abordagem micro (MUNIZ, 2002, p.3).

Assim sendo, as teorias macro-sociológicas privilegiam ações de caráter coletivo. “Tanto as escolas estrutural-funcionalista (sobretudo pela sua raiz durkheimiana) como as teorias marxistas e neomarxistas se afirmaram pela defesa da atuação de forças sociais estruturadoras da ação individual” (PEIXOTO, 2010, p.22).

No âmbito das teorias das migrações, correntes ligadas ao marxismo são chamadas de histórico-estruturais, de acordo com Öncü *apud* Peixoto (2010), como é o caso de Singer (1988), para quem o fenômeno migratório é social, envolve classes sociais.

Se se admite que a migração interna é um processo social, deve-se supor que ela tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento. Essas causas são quase sempre de fundo econômico – deslocamento de atividades no espaço, crescimento diferencial da atividade em lugares distintos e assim por diante – e atingem os grupos que compõem a estrutura do lugar de origem de um modo diferenciado (SINGER, 1998, p.52).

Também se acrescenta que “as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas” (SINGER, 1980 *apud* BRITO, 2009, p.217). Nesta perspectiva, o fenômeno migratório é uma resposta a determinados contextos sociais, econômicos e políticos.

O mercado de trabalho segmentado e economia informal decorrem de estudos econômicos aplicados em análises macro das migrações. A teoria da atração é constatada em relação a países mais desenvolvidos sobre os menos desenvolvidos, com oferta de trabalhos subalternos e até mesmo informais. No caso, *push* e *pull* estão presentes no sentido de atração para os imigrantes e de rejeição por parte dos residentes.

Sob a análise histórico-estrutural, a migração resulta da desigualdade econômica entre regiões. Os centros mais ricos atraem a população que reside em centros pobres ou não desenvolvidos, o que se liga à questão da oferta e da demanda do mercado de trabalho. Os fatores de expulsão também se manifestam sob a forma de mudanças determinadas pela introdução de relações de produção capitalista, aumentando a produtividade do trabalho, mas gerando redução do nível de emprego. No campo, significa expulsão de camponeses e de pequenos proprietários (SINGER, 1980 *apud* BRITO, 2009).

Ainda, no lugar de destino estariam os fatores de atração, que orientariam os fluxos e os locais. O principal fator de atração é a demanda por força de trabalho, ou seja, oportunidades econômicas (SINGER, 1980 *apud* BRITO, 2009).

“A teoria clássica de equilíbrio do mercado de trabalho coloca que regiões com escassez de mão-de-obra tenderiam a oferecer salários mais elevados e, portanto, atrairiam migrantes” (MUNIZ, 2002, p.4). Já em áreas com excesso de mão-de-obra, ocorreria o contrário.

Lewis *apud* Muniz (2002) criou um dos primeiros modelos clássicos de migração, em que haveria dois setores: o capitalista e o de subsistência. O capitalista concentra zonas industrializadas e urbanas, com salários altos. O segundo se refere ao meio rural. Conforme o modelo, a atividade agrária teria mão-de-obra em excesso, com baixos salários. Caso haja migração do meio rural para o urbano, a força do trabalho migratório é capaz de equilibrar os dois setores: diminuem os salários no setor capitalista, enquanto sobram no campo. A ressalva ao modelo de Lewis é a desconsideração do fator desemprego urbano (TODARO *apud* MUNIZ, 2002)

Caso o índice de desemprego for elevado, a diferença entre os salários (urbano e rural) não incentivaria a migração, ainda que a oferta fosse maior na área urbana (TODARO *apud* MUNIZ, 2002).

2.3 Abordagem familiar ou domiciliar

Há autores que propõem o modelo de decisão intra-domiciliar como forma de explicar a motivação para a migração. Seria uma espécie de fusão das abordagens micro e macro sob a perspectiva familiar, ou uma forma de integrar as abordagens individual e histórico-estrutural.

Neste caso, a decisão é do conjunto dos membros de uma família ou domicílio. A fundamentação recai sobre o argumento de que, se todos os componentes da família tiverem um emprego ou uma fonte de renda, os benefícios da migração seriam muito maiores.

De acordo com a teoria dos Novos Economistas da Migração do Trabalho (SANTOS et al., 2010), “a decisão de migrar não é tomada por indivíduos isolados, mas por um conjunto maior de pessoas que de alguma forma estão ligadas”, como, por exemplo, integrantes de um domicílio. Custos e retornos são divididos, o que seria uma forma de minimizar os custos da migração e potencializarem os seus ganhos.

3 MIGRAÇÃO NO BRASIL

Neste capítulo, será abordada, em primeiro lugar, a migração no contexto nacional, sobretudo as correntes migratórias internas e suas motivações. Em segundo lugar, o foco recai sobre a questão da migração no Rio Grande do Sul.

3.1 A migração no contexto nacional

As diversas correntes migratórias internas contribuíram de forma decisiva para a atual realidade brasileira. “Os desequilíbrios econômicos regionais são os principais fatores que levam ao surgimento das trajetórias migratórias (...) em busca de melhoria de inserção no mercado de trabalho e de condições de vida” (BIAGIONI, sd, p.6).

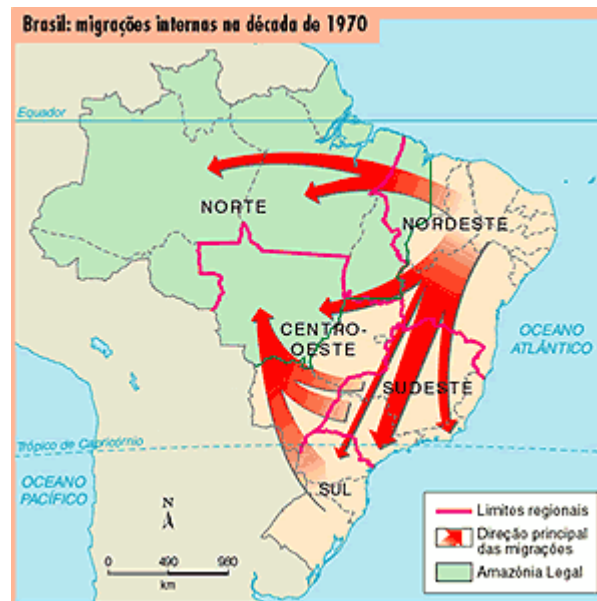
Grande parte das teorias sobre migração no Brasil data dos anos 60 e 70. O autor assinala que elas foram importantes no seu contexto histórico, mas hoje já estão distanciadas do atual quadro. O principal objetivo delas era analisar a migração rural-urbana, a qual realmente trouxe mudanças significativas (BRITO, 2007).

São propostos três grandes movimentos migratórios ocorridos no território brasileiro. O primeiro vai de 1888 a 1920. Com a Abolição da Escravatura em 1888, houve carência de mão-de-obra livre. Para suprir esta lacuna e também para povoar áreas devolutas, a imigração estrangeira foi motivada, fato que já ocorria antes mesmo da abolição dos escravos, mas que se intensificou durante este mesmo. Alemães e italianos foram os principais imigrantes. Levas de imigrantes italianos foram direcionadas para as plantações de café na região Sudeste. Alemães e italianos, entre outras etnias, povoaram a região Sul, principalmente os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (VAINER; BRITO *apud* MUNIZ, 2002).

O segundo movimento migratório ocorreu de 1930 a 1980, já não mais com migração estrangeira, mas com correntes internas. Dois fatores foram responsáveis por essa movimentação: a industrialização e a proletarização da propriedade rural, o

que provocou uma onda de migração para as cidades. É o período da urbanização, quando a população urbana ultrapassa a rural, ao mesmo tempo em surge um mercado nacional integrado de trabalho.

Figura 1 – Migrações internas na década de 1970.



Fonte: <http://novomaratago.blogspot.com.br/2010/09/xenofobia-e-preconceito.html>

“Somente entre 1960 e o final dos anos oitenta, estima-se que saíram do campo em direção às cidades quase 43 milhões de pessoas” (BRITO, 2009, p.12). A figura 1 mostra os locais de origem e de destino dos migrantes neste período, sendo a região Nordeste uma das que mais expulsou contingentes populacionais, seguida pela região Sul. Entre as causas, estão fatores de expulsão (*push*), desigualdade de renda, seca e concentração fundiária; quanto aos fatores de atração (*pull*), o auge da industrialização entre os anos 60 e 80, exigindo mão-de-obra. Para os procedentes da região Sul, a abertura de novas fronteiras agrícolas foi o fator motivador.

O terceiro período compreende a década de 80 em diante. Até 1980, o fluxo de migratório foi intenso. A figura 2 mostra as principais direções dos fluxos migratórios. Depois disso, uma série de crises sociais e econômicas fez com que o número de migrantes interestaduais diminuísse gradativamente.

Figura 2 – Migração na década de 1990



Fonte: Simielli (2000) in Gonçalves (2001)

Existem duas abordagens para o estudo da migração interna no Brasil: “Na abordagem da economia neoclássica, os fatores atração e expulsão estavam ligados basicamente ao destino migratório. Na abordagem histórico-estrutural, a origem é dimensão fundamental para o entendimento do processo migratório” (BIAGIONI, sd, p.8). Enquanto a teoria neoclássica tem o indivíduo como objeto de análise, a

abordagem histórico-estrutural baseia-se na classe social ou em determinado contexto histórico favorável à migração.

A principal causa das migrações no caso brasileiro é a desigualdade existente entre as regiões. No lugar de origem dos migrantes existiriam fatores de expulsão, que poderiam ser mudanças que gerariam redução do nível de emprego, expulsando camponeses ou pequenos proprietários. Como consequência, há fluxos de migração que reduzem a população rural local. Outro fator no local de origem é a estagnação, que impede os agricultores proprietários de minifúndios de elevarem a sua produtividade (SINGER, 1980). Como consequência, há uma pressão sobre as terras, geralmente monopolizadas por grandes proprietários. “Os fatores de estagnação produzem a emigração de parte ou totalidade do acréscimo populacional, resultado do crescimento vegetativo” (OLIVEIRA, 2011, p.13).

No lugar de destino estariam os fatores de atração, que orientariam os fluxos e os locais para onde se destinariam. O principal fator de atração seria a demanda por força de trabalho, também entendida como “oportunidades econômicas”. No local de destino, a emigração produzida pelos fatores de mudança teria uma melhor probabilidade de sucesso e mobilidade social. Por outro lado, os movimentos engendrados pelos fatores de estagnação levariam a uma maior dificuldade de inserção dos migrantes no local de destino, gerando, em alguns casos, uma re-emigração (OLIVEIRA, 2011, p.13).

Não é fácil compreender a mobilidade espacial no atual contexto brasileiro. De acordo com o autor, as análises econômicas e sociológicas sobre a migração foram influenciadas por duas teorias: a do desenvolvimento econômico e a da modernização do país (BRITO, 2009).

Pela teoria econômica, explica-se que a zona rural apresenta baixa produtividade e ganhos, por isso transfere o seu excedente para o setor urbano, onde a produtividade e ganhos são maiores.

Pela teoria da modernização, o quadro é basicamente o mesmo da teoria do desenvolvimento econômico, mas o enfoque é diferente, direcionado à sociologia, que envolve aspectos relacionados ao ciclo de vida, mobilidade social ou carreira numa perspectiva individualizada. Já numa visão holística, a perspectiva sociológica tem como objeto a família, as instituições, as organizações, as redes migratórias, as normas e imagens coletivas (PEIXOTO, 2010). De qualquer forma, o aspecto econômico e o social estão sempre presentes na intenção de migrar.

A mobilidade espacial está ligada à mobilidade social, a qual faz parte da “cultura” brasileira. Segundo a autora, a migração é a única alternativa de mobilidade social para aqueles que provêm da pobreza no campo (DURHAM, 1984 *apud* BRITO, 2009).

No caso brasileiro, a migração é uma tradição, faz parte do “equipamento cultural tradicional”. Se o indivíduo quer melhorar de vida, não resta outra alternativa, a não ser migrar para as cidades, particularmente as grandes. A movimentação no espaço geográfico equivale a uma movimentação no espaço social, organizada a partir do grupo de relações primárias: família, parentes, vizinhança e amigos (BRITO, 2009, p.10).

“As migrações redistribuíram a população do campo para as cidades, entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil, inclusive para as fronteiras agrícolas em expansão, onde as cidades eram o pivô das atividades econômicas” (BRITO, 2009, p.13).

Houve mudanças nos movimentos migratórios no Brasil após a década de 1980. Entre essas mudanças, as mais significativas dizem respeito ao Estado de São Paulo, que perde atratividade, principalmente para a região Nordeste, que passa a reter mais seus habitantes, sem contar o movimento de retorno de migrantes para esta região. Outra constatação é que as cidades médias do interior passam a receber mais migrantes (OLIVEIRA, 2011).

Diversos fatores fizeram com que a migração interna diminuísse no Brasil no período recente. São fatores negativos (*push*): violência dos centros urbanos, desemprego, dificuldade de acesso aos serviços básicos e moradia. Acrescente-se a isso a exigência de requisitos educacionais e de treinamento, que também são fatores de expulsão ou não atratividade. Percebe-se que a migração já não representa mais uma mobilidade social, mas sim uma questão de sobrevivência, sobretudo para migração de curto prazo, ou seja, de duração inferior a cinco anos (BRITO, CARVALHO, 2006).

3.2 A migração no Rio Grande do Sul

A migração teve um papel fundamental no povoamento e no desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. Ela foi diferenciada ao longo do tempo, desde o povoamento como forma de ocupação. A migração no território gaúcho deu-se em cinco fases:

Século XVII – fluxo (e refluxo) de jesuítas espanhóis e de portugueses;
Século XVIII – ocupação de áreas de campo por lagunenses, paulistas etc;
Século XVIII-XIX – imigração açoriana no litoral e vale do baixo Jacuí;
Século XIX – imigração alemã (1824 em diante) para os vales e baixa encosta, e de italianos (a partir de 1875) para a alta encosta do planalto;
Primeira metade do século XX – migração interna de velhas colônias para o Alto Uruguai;
Século XX – (principalmente a partir de 1950), êxodo rural para os principais centros urbanos do Estado, especialmente a Grande Porto Alegre, e migração rural-rural das áreas de expansão colonial (Alto Uruguai) para outros estados. (MOREIRA; COSTA, 1982 *apud* MEDEIROS, 2005, p.70-71)

No século XVIII e início do século XIX, houve a concessão de sesmarias como forma de ocupar o solo rio-grandense. Ocorre que os portugueses ou seus descendentes preferiam as áreas de campo para a criação de gado. Sobravam as áreas cobertas por matas, chamadas de terras devolutas, pertencentes ao governo, que seriam destinadas a imigrantes estrangeiros, sobretudo alemães e italianos (MONTAGNER, 2005).

Para os imigrantes estrangeiros, a posse de terra representava um fator de atração, além de fugir de situações de miséria, pois muitos ou não possuíam terra ou era pouca, que funcionavam como fatores de expulsão.

Já no Brasil, as famílias de imigrantes estrangeiros eram numerosas. Os lotes coloniais recebidos ou comprados com facilidade na chegada logo se tornavam insuficientes para o sustento da família que crescia à medida que os filhos iam se casando e necessitavam de terra para o sustento de suas próprias famílias. Como eram escassas no local de origem, a solução era migrar para novas colônias ou para novas fronteiras agrícolas.

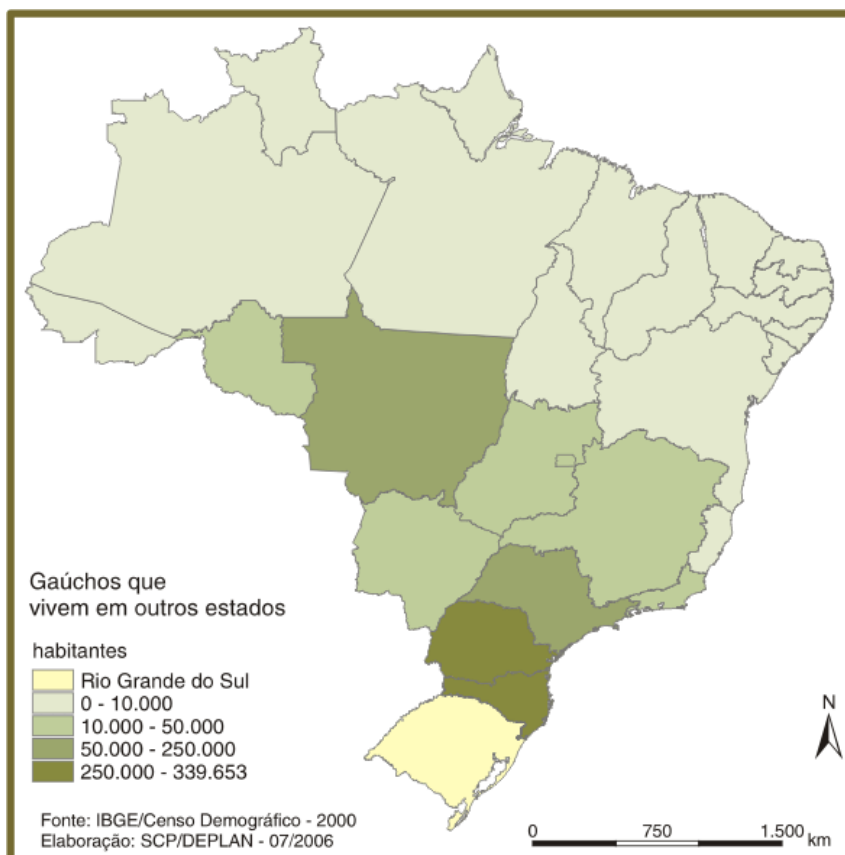
Nesse sentido:

[...] o camponês que ainda detém a posse da terra é um candidato em potencial à emigração, pois a pequena propriedade familiar constitui uma forma de exploração que concilia a organização familiar com a agricultura e que “não só fornece braços para seu próprio uso como lhes sobram alguns disponíveis, criando assim na pessoa dos filhos uma reserva de operários que não tardará a abandonar o campo” (KAUTSKY, 1972 *apud* MEDEIROS, 2005, p.71).

O excedente populacional que vai surgindo naturalmente, ao se exaurirem os recursos naturais, terá duas opções: ou migrar para os centros urbanos à procura de trabalho ou partir em busca de novos territórios, ainda não explorados.

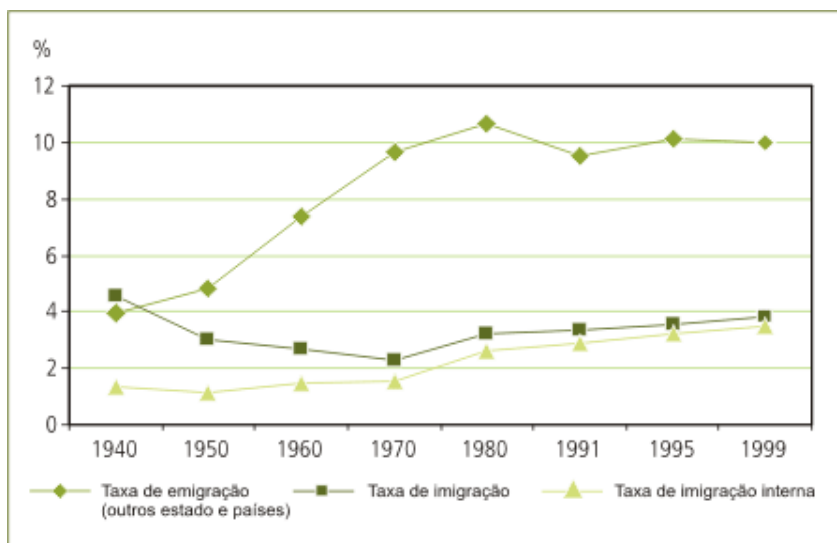
O número de migrantes gaúchos que se deslocou para outros estados do Brasil, a partir de 1940 até 1970 cresceu significativamente. Os estados preferidos eram Santa Catarina e Paraná. Após a década de 70, a região Centro-Oeste foi o alvo do fluxo de migrantes gaúchos em busca de novas fronteiras agrícolas. A figura 3 mostra a distribuição dos migrantes gaúchos nos estados brasileiros.

Figura 3 – Gaúchos que vivem em outros estados do Brasil



Fonte: Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul (2010)

Figura 4 – Taxas de emigração, imigração e migração interna no RS (1940-1999)



Emigração: naturais do Rio Grande do Sul residentes fora do Estado (exclusive os residentes fora do país) em relação ao total da população natural do Estado

Imigração: não naturais residentes no Rio Grande do Sul (incluídos os estrangeiros) em relação a população total natural do Estado

Imigração Interna: não naturais residentes no Rio Grande do Sul (exclusive estrangeiros em relação a população total do Estado)

Fonte: FEE Um século de população do RS - 2001

Fonte: Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul (2010)

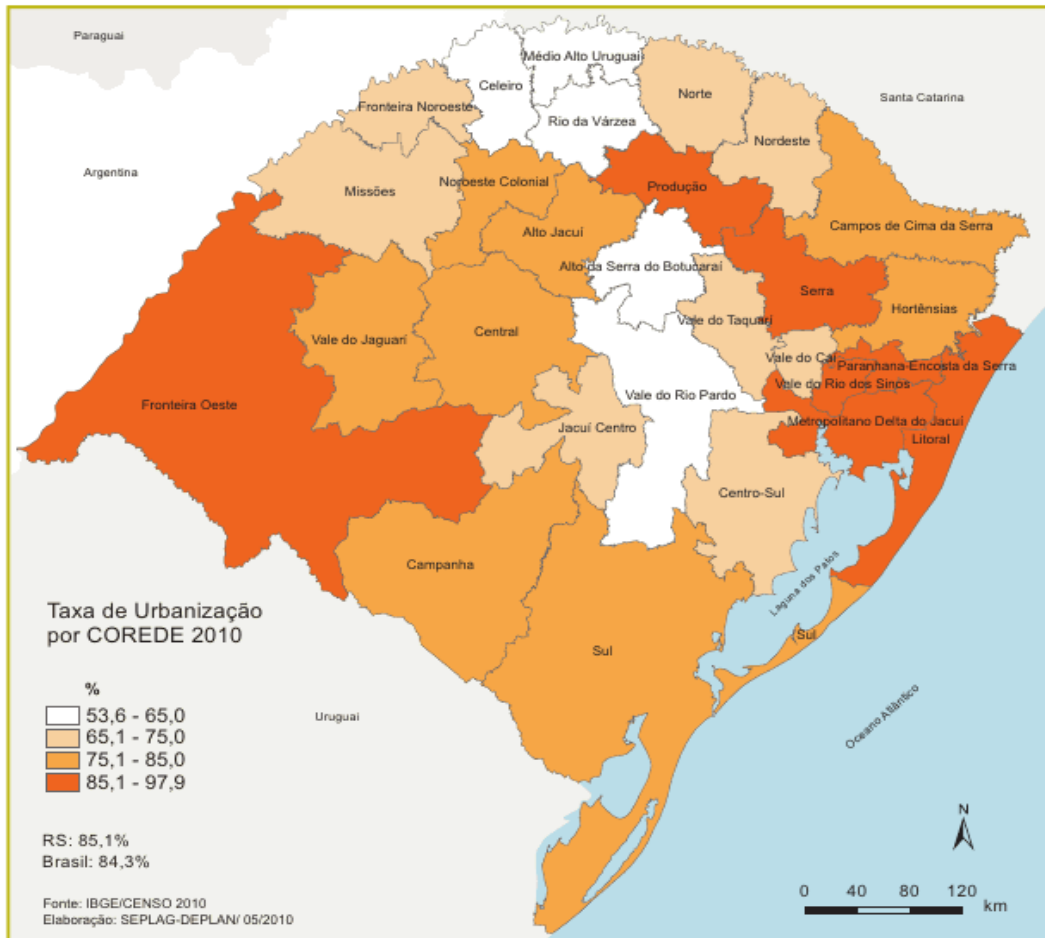
Atualmente, o quadro já se modificou. Segundo o Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul (2010), na dinâmica demográfica gaúcha chamam a atenção também as migrações inter-regionais e intra-regionais. “Cerca de 80% dos migrantes gaúchos apresentam o próprio Estado como destino. Os movimentos migratórios inter-regionais acompanham a dinâmica econômica e social do Estado, concentrando os fluxos nas regiões mais dinâmicas”.

Uma boa análise sobre as migrações internas no Rio Grande do Sul é promovida pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), que foram criados em 1994¹.

Segundo o Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul (2010), entre os principais objetivos dos COREDEs está o de estimular a permanência do homem na sua região e a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável, além de integrar os recursos e ações do governo em determinada região. A figura 5 mostra a distribuição dos atuais 28 COREDEs e a respectiva taxa de urbanização.

¹ Os Conselhos sofreram alterações em 1998, 2006 e 2008; atualmente, o Estado conta com 28 COREDEs.

Figura 5 – Taxa de urbanização por COREDE em 2010



Fonte: Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul (2010).

A população urbana no Rio Grande do Sul começou a crescer a partir da década de 1950. Neste período, a taxa de urbanização do Estado era de 31,14%, aumentando progressivamente até atingir 85,1% em 2010. Por outro lado, a população rural só passou a ser inferior na década de 60, diminuindo gradativamente até 2000, quando somou 1.874.899 habitantes. Apesar disso, a maioria dos municípios gaúchos são predominantemente rurais.

Ressalta-se, para efeitos do presente estudo, que o município de Jacuizinho está incorporado ao COREDE Alto da Serra do Botucaraí, enquanto Salto do Jacuí pertence ao COREDE Alto Jacuí, apesar de serem vizinhos. Conforme a figura 5, Jacuizinho está entre os municípios que possuem uma taxa de urbanização de 5,5% a 35,0%, e Salto do Jacuí está na faixa de 75,1 a 100%.

No Rio Grande do Sul, os COREDEs que mais receberam migrantes foram: Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Serra e Produção. Entre os que mais perderam migrantes estão os de maior população rural, como o Alto da Serra do Botucaraí, no qual está incluso o município de Jacuizinho, que será objeto de análise no próximo capítulo.

4 ESTUDO DE CASO

Nesta parte, a intenção é analisar, sob os pressupostos teóricos estudados, o impacto das migrações no município de Jacuizinho (RS), bem como causas de migração individual, pois, a migração afeta tanto o local de origem como o lugar de destino dos migrantes (BIAGIONI, sd)

4.1 O Município de Jacuizinho (RS)

Ao longo da história, Jacuizinho passou por diversas administrações municipais. Quando foram criados os primeiros quatro municípios no Rio Grande do Sul, pertencia ao de Rio Pardo. Quando foi criado o município de Cruz Alta, passou a fazer parte deste. Soledade se emancipou em 1875, ficando Jacuizinho neste município. Em fins de 1954, Espumoso se emancipou de Soledade. Conforme divisão territorial, o novo município era dividido em três distritos: Espumoso, Alto Alegre e Jacuizinho. No final de 1955, foi criado o distrito de Rincão da Estrela (atual município de Estrela Velha), que antes estava integrado ao de Jacuizinho. Este distrito também perde o distrito de Salto Grande, criado em 1961, que acabaria se emancipando em 1982, formado também pelos distritos de Jacuizinho e Tabajara.

Jacuizinho obteve sua emancipação política através da Lei Estadual nº 10.757, de 16 de abril de 1996, e começou a funcionar administrativamente em 01 de janeiro de 2001. Sua área territorial é de aproximadamente 316 km².

O quadro 1 mostra o número de estabelecimentos agropecuários existentes no município de Jacuizinho, conforme dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE). Observa-se no quadro o predomínio de pequenas propriedades. A maioria destas se localiza em terras de relevo acidentado, portanto, impróprias para culturas mecanizáveis.

Quadro 1 – Estabelecimentos agropecuários de Jacuizinho (2006)

Estabelecimentos	Nº	Equivalência total em hectares
Até 10 hectares	230	1.069
De 10 a 20 hectares	141	2.012
De 20 a 50 hectares	75	2.272
De 50 a 100 hectares	29	1.880
De 100 a 500 hectares	41	7.951
Mais de 500 hectares	12	12.177

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Franco (1975) menciona que, no recenseamento de 1900, o 5º distrito de Soledade (chamado de Jacuizinho e Rincão da Estrela) possuía 3.549 habitantes. No ano de 1912, o cartório de Jacuizinho fez o registro de 112 nascimentos, 35 casamentos e 29 óbitos. Convém ressaltar que estes números não se referem exclusivamente a Jacuizinho, mas também aos hoje municípios de Estrela Velha e Salto do Jacuí. Contudo, nesses lugares, na época, havia apenas alguns criadores de gado e pequenos agricultores em Rincão da Estrela.

Conforme o censo de 2010 do IBGE, o município de Jacuizinho possui 2.507 habitantes, dos quais 1.283 são homens e 1.224 são mulheres. Ainda de acordo com o censo, 562 vivem na zona urbana e 1.945 na zona rural, portanto, é um município predominantemente rural. Conforme dados do IBGE, a população de Jacuizinho, em 2001, era de 2.183 habitantes; em 2006, de 2.507; em 2007, de 2.619, caindo novamente para 2.507 em 2010. Isso mostra uma oscilação significativa em período relativamente curto.

De sorte que é possível afirmar com segurança que 80% dos números citados se referem a Jacuizinho. Ou seja, em 100 anos, Jacuizinho não teve aumento populacional significativo.

Historicamente, Jacuizinho é uma localidade antiga, como provam documentos datados da metade do século XIX. Por exigência da Lei Imperial nº 601, de 18 de setembro de 1850, e do Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854 (Lei das Terras), vários proprietários da região fizeram o registro de suas terras em 1856 (MONTAGNER, 2005).

Jacuizinho, de meados do século XIX até meados do século XX, foi centro regional. Desde os tempos em que a região, onde hoje existem os municípios de Jacuizinho, Salto do Jacuí e Estrela Velha, pertencia ao município de Cruz Alta e

depois a Soledade (margem esquerda do rio Jacuí), Jacuizinho (na época vila) era sede de distrito, no caso de Soledade, o 5°. Era ali que funcionava o cartório, e onde o juiz de paz atendia (MONTAGNER, 2005).

Os primeiros moradores eram de origem portuguesa e alemã. Até onde os registros permitem constatar, a principal atividade econômica era a criação de gado bovino e eqüino, pois havia muitos campos nativos. Foi o período de grandes fazendas, que tiveram inclusive escravos.

A meio caminho entre Cruz Alta e Soledade, o povoado se desenvolveu bastante. Era também um ponto de referência para aqueles que se dirigiam do Vale do Rio Pardo para a região das Missões e vice-versa. Com isso, Jacuizinho passou a ser uma vila movimentada, com bom comércio e muitos viajantes. Tinha hotel, farmácia, restaurantes, hospital. Da época, restam alguns casarões históricos que comprovam a antiga prosperidade do local.

Pode-se dizer que o declínio de Jacuizinho começou a partir do momento em que teve início a construção da Usina Hidrelétrica Jacuí, hoje renomeada como Leonel de Moura Brizola, situada no vizinho município de Salto do Jacuí. Conforme Montagner (2005, p.19): “Até as décadas de 60 e 70 do século passado, a localidade mais importante e mais antiga da região era Jacuizinho, a sede do antigo distrito de Soledade. Bem antes de Salto do Jacuí se emancipar, a situação já se havia invertido, tornando-se este o lugar mais importante”.

Salto Grande (como era chamado Salto do Jacuí na época em que a usina começou a ser construída), “tinha tudo para continuar a ser um fundão de matos e campos, um pacato lugarejo composto de esparsos moradores, se não fosse um acontecimento que mudou os rumos da história da pequena localidade: o início da construção da Usina Hidrelétrica Jacuí” (MONTAGNER, 2005, p.89). Salto do Jacuí passou então a ser um polo de atração. O fato mudou Salto do Jacuí, como também mudou Jacuizinho. Confirma-se, então, que a migração afeta tanto o local de origem como o do destino (BIAGIONI, sd).

Essa construção exigiu muita mão-de-obra, que obviamente não existia no local. Vieram, então, operários especializados de outros estados e também operários de localidades próximas e de outros municípios do Rio Grande do Sul. Conclusão: Salto Grande tornou-se um polo *pull*, com ampla oferta de emprego e bons salários. Moradores de Jacuizinho, inclusive da zona rural, foram atraídos para Salto do Jacuí. Não só os que trabalhavam direto na construção da Barragem Maia Filho e na

abertura de um túnel de 1.200m em meio a rochas, que conduz a água da barragem à usina propriamente dita, mas também comerciantes acabaram se mudando.

Com isso tudo, Jacuizinho foi “esvaziando-se”: o cartório foi transferido para Salto do Jacuí, hospital, farmácias, hotel e outros estabelecimentos fecharam. Jacuizinho tornou-se uma localidade *push*.

Além disso, havia outro detalhe. Os filhos de grandes fazendeiros de Jacuizinho procuravam centros maiores para a continuação de seus estudos (nível médio e superior). Os pais, em muitos casos, também migraram junto com os filhos para as cidades e não mais retornaram, sendo que algumas fazendas foram transformadas em lotes coloniais, que foram vendidos a colonos vindos de outros municípios. A princípio, isso aumentou a população rural.

Com a emancipação de Jacuizinho, desmembrando-se de Salto do Jacuí, a tendência é que haja mudanças no município. Afinal, infraestrutura administrativa local e Polo UAB, por exemplo, são possíveis fatores *pull*, criando, inclusive a migração pendular.

4.2 A migração no município de Jacuizinho (RS): depoimentos e análise

Pelo fato de o município de Jacuizinho ter começado a funcionar administrativamente apenas em janeiro de 2001, é difícil encontrar estatísticas oficiais referentes à migração. Por isso, este estudo privilegiou depoimentos de moradores do município, os quais revelam dados interessantes sobre a migração aí ocorrida.

As entrevistas foram realizadas durante os meses de abril a maio de 2012. Os depoimentos foram divididos em dois grupos: primeiro, de famílias cujos filhos migraram e não retornaram; segundo, indivíduos ou famílias que migraram e retornaram ao lugar de origem.

4.2.1 Migração sem retorno

Foram entrevistados quatro casais, cujos filhos, todos do sexo masculino, migraram para centros urbanos, o que caracteriza migração rural-urbana. A seguir, o depoimento de cada um deles.

No primeiro caso, o casal Silva² mora Linha São Jorge, interior de Jacuizinho, em uma propriedade de 19 hectares; tem dois filhos e duas filhas. Segundo a mãe, os rapazes saíram da propriedade por falta de renda suficiente para o sustento de toda a família. Em conjunto com os pais, concluíram que não havia condições de prosperar na pequena propriedade dos pais, além da dificuldade de locomoção, ou seja, distante da sede do município, estradas em más condições, e a família não tinha meio de transporte próprio. Nessa época, a renda da família era de R\$ 350,00. Os filhos até tentaram ficar no meio rural, adquirindo uma propriedade através do Banco da Terra³, mas algumas exigências deste programa do governo impossibilitaram o negócio.

Configura-se, no caso acima, a predominância de fatores econômicos na decisão de migrar, em conjunto com a falta de estrutura local (meios de transporte) (KLEIN *et al.*, 2009) e estagnação (OLIVEIRA, 2011). Além disso, a decisão de migrar foi feita segundo a abordagem familiar ou domiciliar (SANTOS *et al.*, 2010).

Os dois rapazes foram, então, morar em Tapera (RS). Um dos rapazes trabalha há cinco anos em uma cooperativa desta cidade e o outro, há dois anos, em uma metalúrgica. Conforme a mãe, os filhos ajudam os pais; compraram um carro simples e deram para os pais e as irmãs usarem, o que melhorou as condições de vida para a família. Além disso, ajudaram a comprar sete vacas leiteiras (três da raça Holandesa e quatro da raça Jersey).

Os filhos estão satisfeitos para onde migraram. Um deles até tem vontade de retornar para o meio rural, mas até o momento ainda não foi possível.

Atualmente, o casal Silva e as filhas vivem da renda obtida com a produção de leite e de mel. A produção de mel é sazonal, colhem uma vez por ano. Com a produção de leite, obtêm uma renda mensal média de R\$ 850,00. O leite é vendido

² Os nomes citados nas entrevistas são fictícios.

³ Programa de financiamento destinado à aquisição de imóvel rural, criado pelo Decreto 3.475, de 19 de maio de 2000.

para a Elegê, que recolhe a produção a cada quatro dias. A ordenha é mecanizada (balde ao pé) e usam resfriador de imersão para conservar o leite.

Quanto à agricultura, plantam somente para o próprio gasto. Plantaram uma área com árvores frutíferas, que ainda não produzem. Assim que começarem a dar frutas, pretende comercializá-las para aumentar a renda familiar. O casal diz que a Emater presta assistência, auxiliando no plantio e nas técnicas para trabalhar com o que se produz na propriedade.

No segundo caso, o casal Costa mora no interior, na divisa entre os municípios de Jacuizinho e Salto do Jacuí, em uma pequena propriedade de 6 hectares. Tiveram quatro filhos (todos do sexo masculino) que migraram há seis anos, e nenhum deles pensa em voltar. Dois deles moram e trabalham em Salto do Jacuí; um foi para Passo Fundo e o outro para Porto Alegre. O motivo da saída foi o desejo de estudar e conseguir um emprego que fosse capaz de proporcionar uma renda melhor que a obtida com a agricultura. Hoje os rapazes ganham em torno de dois salários-mínimos cada um em seus empregos.

A extensão fundiária constitui-se em um fator significativo para a retenção ou expulsão de pessoas que vivem na zona rural (KONZEN, 1986), como se percebe no caso acima, uma propriedade de 6 hectares.

Quanto aos pais, na época em que os dois filhos migraram, a renda da família girava em torno de um salário-mínimo. Atualmente estão aposentados e juntos recebem dois salários-mínimos. Mesmo assim, plantam mandioca, feijão, amendoim, cultivam uma horta e cuidam de um pomar, tudo para consumo próprio. Se eventualmente há excedente na produção, vendem.

No terceiro depoimento, do casal Ribeiro, na pequena propriedade de 7 hectares, ficaram só os pais., que hoje estão aposentados e juntos recebem três salários-mínimos. Plantam milho, feijão, mandioca e criam animais domésticos apenas para consumo próprio.

Os dois filhos do casal (sexo masculino) foram em busca de estudo e maiores oportunidades de emprego, pois a renda familiar da propriedade era insuficiente para toda a família, em torno de um salário-mínimo. Como estão empregados, recebendo em torno de dois salários-mínimos cada um, não pretendem retornar para o meio rural. Um dos filhos está em Roque Gonzáles (RS) e o outro em Salto do Jacuí (RS).

No caso dos filhos do casal Ribeiro, migrar representava a única possibilidade de mobilidade social, para fugir da pobreza no campo (DURHAM *apud* BRITO, 2009). As causas que motivaram a migração dos filhos do casal Ribeiro foram a renda insuficiente da pequena propriedade para o sustento das famílias e a falta de acesso a estudos, principalmente para jovens do interior do município. O Ensino Médio só foi implantado recentemente na sede do município; antes, os que desejavam cursá-lo deveriam se deslocar até a cidade vizinha de Salto do Jacuí.

No quarto caso, apenas o casal Pereira mora na propriedade familiar de 14 hectares. Cuidam de árvores frutíferas e plantam gêneros básicos para o consumo próprio. Os dois filhos (sexo masculino) partiram em busca de estudo e porque a renda familiar obtida com a agricultura era muito baixa, em torno de R\$ 400,00. Um dos filhos está em Espumoso (RS), há oito anos, onde trabalha em uma cooperativa; o outro está em Passo Fundo (RS), há quatro anos, onde trabalha numa firma de implementos agrícolas (Semeato). Nenhum deles tem intenção de voltar, pois recebem em torno de 1,5 salário-mínimo cada um.

Atualmente, a principal atividade na propriedade rural é a produção de leite, o que rende ao casal Pereira em torno de R\$ 1.000,00 mensais. Possuem seis vacas da raça Holandesa. A ordenha é mecanizada, tipo balde ao pé, e usam resfriador de imersão para conservar o leite até que a cooperativa Cotriel, de Salto do Jacuí, faça a coleta a cada dois dias.

Nos quatro casos apresentados de migração sem retorno, o ponto em comum na decisão dos dez jovens foi a busca por melhores condições de vida, ou seja, emprego e estudo, podendo-se aplicar tanto pressupostos das teorias micro quanto das teorias macro.

No clássico modelo *push-pull*, preconizado por Ravenstein e seguidores, o fator expulsão (*pull*) está representado pela pequena propriedade, que não gera rendimentos suficientes para todos os membros da família. Assim, alguém deve migrar, no caso, os jovens, mostrando que o ciclo de vida é uma variável importante na decisão de migrar, conforme pressuposto da teoria sociológica. Outro fator de expulsão é a ausência de condições para investimento em capital humano, no caso, educação e formação, conforme Brito e Carvalho (2006), que afirmam que a ausência de requisitos educacionais e de treinamento são também fatores de expulsão.

O fator atração é representado por uma cidade que responda aos desejos de maior renda e de educação. Nota-se que não há um sentido de fluxo único entre os dez jovens que migraram. Seis deles deslocaram-se para centros urbanos bem próximos, e os outros quatro para centros mais distantes, porém dentro do Estado. Apenas um foi para Porto Alegre. Confirma-se aqui uma tendência atual na migração em âmbito nacional: cidades médias do interior passam a receber mais migrantes (OLIVEIRA, 2011).

A linha histórico-estruturalista ressalta que o fenômeno migratório é social, tem causas estruturais, quase sempre de fundo econômico (SINGER, 1998). O município de Jacuizinho, conforme já foi visto, sofreu um longo período de estagnação, de um modo geral. Esta conjuntura é ainda pior no interior do município, em terras de relevo acidentado, onde predominam as pequenas propriedades, com agricultura sem perspectivas nem alternativas por falta de orientação de órgãos públicos como a Emater, por exemplo. Assim, a migração é historicamente condicionada, sendo, portanto, uma resposta a um contexto (SINGER, 1980).

“As limitadas opções de melhoria do nível de vida e de expansão do capital e a aspereza do trabalho sem mecanização, entre outros aspectos, atuam como força de expulsão rural, principalmente da população jovem” (KONZEN, 1986, p.41). Com a saída dos jovens, a população rural tende a envelhecer. Este dado é comprovado pelo Censo de 2010, que apontou um percentual de 15,4% de pessoas com mais de 60 anos em um universo de 1.945 habitantes da zona rural de Jacuizinho, contra 11,9% na zona urbana, de 562 moradores. Ressalta-se que o maior percentual de moradores da zona rural do município pertence ao grupo compreendido entre 40 a 59 anos (27,5%), que logo entrarão na faixa dos idosos; por outro lado, crianças com menos de 5 anos representam apenas 5% (IBGE/CIDADES, 2010). Um dado que talvez mereça destaque é o fato de que 29,8% das pessoas com mais de 60 anos que residem na zona rural são analfabetas, o que pode justificar a permanência no local de origem.

4.2.2 Migração com retorno

Dos pesquisados que migraram e depois retornaram ao local de origem, o fluxo migratório foi rural-rural. Provavelmente, esta é a razão por terem voltado, já que no grupo dos que não retornaram a migração foi rural-urbana, tendo estes indivíduos perdido sua condição de produtor rural (KONZEN, 1986).

O primeiro caso envolve a família Rodrigues, composta pelo casal e mais os filhos Otávio e Francisco, moradores na Linha São Jorge, interior de Jacuizinho, numa propriedade rural de 26 hectares. Plantavam milho, feijão, mandioca, batata-doce, fumo e hortaliças. O que produziam era para o consumo familiar e vendiam apenas a produção de fumo, o que rendia em média um salário-mínimo mensal.

Em 1992, Francisco foi trabalhar em Caxias do Sul, em uma fazenda conhecida como Fazenda Souza. Trabalhava como empregado na produção de hortaliças. Além de ter uma renda própria e bem melhor do que tinha em Jacuizinho, ganhava também porcentagem pela produção. Francisco conseguiu seu objetivo, pois o maior motivo para sair de seu município foi a busca por melhores condições de renda. De trabalhador no cultivo de hortaliças, passou para gerente de uma das filiais da Fazenda Souza e assim passou 11 anos em Caxias do Sul, configurando-se uma mobilidade social.

Por intermédio do filho Francisco, os pais e o irmão foram também para Caxias do Sul, em 1995, pois a renda seria bem superior a da que tinham em Jacuizinho. A propriedade da família não foi vendida, e de tempos em tempos, vinham ver e fazer algumas atividades típicas, como limpar (roçar) e também plantar árvores frutíferas. Moraram oito anos em Caxias do Sul; trabalhavam com hortaliças (plantio, cultivo e colheita).

Após oito anos, conseguiram economizar dinheiro para fazer os investimentos que desejam em sua propriedade de Jacuizinho e também porque se sentiam seguros em empreender um novo ramo de atividade, trabalhando por conta própria, hortaliças e frutas para o sustento familiar. O que reforçou esta decisão foi a experiência vivida em Caxias do Sul, onde aprenderam a cultivar melhor e, apesar de não trabalhar com fruticultura, começaram na propriedade em Jacuizinho, porque lá em Caxias é predominante esta cultura também. Logo que retornaram,

começaram a expandir a área plantada de árvores frutíferas e hortaliças. Mais tarde passaram a dedicar-se à fruticultura para comercialização nos mercados da região (Salto do Jacuí, Espumoso, Sobradinho), o que trouxe satisfação para a família.

Segundo Francisco, esta experiência de migração foi valiosa para todos, pois aprenderam coisas novas e assim tiveram uma visão mais ampla sobre a agricultura e sua comercialização. Francisco tem sua família, mas ele e o pai trabalham em sociedade. Atualmente, Rodrigues e seu filho Francisco têm uma renda anual de R\$ 80.000,00.

Em 1996, Antenor, que morava na Serra dos Engenhos, interior de Jacuizinho, por motivos financeiros, busca de experiência e por intermédio de amigos, saiu de Jacuizinho e foi para Caxias do Sul (RS). A propriedade familiar, de seis hectares, proporcionava uma renda mensal de meio salário-mínimo. Voltou para ficar junto dos pais e para colocar em prática o que aprendeu. Hoje, junto com seu irmão, trabalha com verduras e frutas, que começou a comercializar nos supermercados de Salto do Jacuí e Campos Borges (municípios vizinhos, maiores do que Jacuizinho) e estão bem satisfeitos com as conquistas, pois agora seu ganho mensal é de mais de um salário-mínimo.

Em Caxias do Sul, Antenor conta que, quando foi para lá, tinha 16 anos, ficou um ano e voltou; logo retornou a Caxias do Sul e relata que trabalhou com verduras, frutas, apicultura, armazenagem, ou seja, onde precisassem de alguém para trabalhar, em qualquer área, ele se dispunha. Diz que tudo que sabe hoje sobre agricultura, plantação, preparo de terra, maquinário, entre outras coisas, aprendeu tudo em Caxias do Sul. Diz que a visão de produção, renda, modo de vida, era bem diferente daqui, e aprendeu muito com a experiência deste trabalho. Conheceu a Ceasa, onde iam entregar os produtos. As terras em Caxias do Sul são “dobradas”, mas se cultiva tudo e em Jacuizinho não era assim. Aprendeu a trabalhar com irrigação, com maquinários e com a informatização que tinha na fazenda.

O casal Carlos e Ana Teixeira, juntamente com o filho Arlindo Teixeira, possuem uma propriedade de 8 hectares no distrito de Bela Vista, interior de Jacuizinho. Decidiram migrar porque a renda oferecida fora era maior que a da sua propriedade, que era em média um salário-mínimo mensal. Em 2001, foram para Caxias do Sul (RS) para trabalhar na Fazenda Souza, cuidar de 6 hectares de maçã, 2 de ameixa e 2 de pêssego. Em 2003, resolveram voltar para sua propriedade em Jacuizinho por motivos familiares. Com a experiência adquirida, resolveram colocá-la

em prática em suas próprias terras. Quando voltaram, melhoraram o pomar que já tinham, aumentando a área plantada. Trabalharam com feira e já faz cinco anos que comercializam na feira do município, uma solicitação dos próprios produtores que foi atendida pela Prefeitura.

Em Caxias do Sul, aprenderam a trabalhar com maquinário, formas de tratamento, como fazer a poda das árvores, armazenamento. Além disso, a geografia do lugar era muito parecida com a de Jacuizinho, terras dobradas, de cerro, e lá em Caxias se planta em todo o lugar, cerro ou não; já a realidade daqui (Jacuizinho) era outra, ou seja, não se abriam os cerros para plantar, aí se tinha pouca terra de plantio, então ficava menos ainda. Desta forma, ao sair daqui, a família teve outra visão de agricultura, de plantio, renda, e adquiriu muitos ensinamentos que serviram muito para melhorar o padrão de vida da família em suas próprias terras. Pode-se dizer que era um problema cultural (GONÇALVES, 2001).

A análise dos casos de migrantes que retornaram ao local de origem revelou dados interessantes. O local de destino do grupo das oito pessoas é o mesmo: Caxias do Sul (RS); a causa da migração também é a mesma: renda insuficiente gerada na pequena propriedade que possuíam, assim como foi no grupo de fluxo rural-urbano, por falta de conhecimento de como aproveitar a terra com alternativas rentáveis. Interessante ressaltar que em nenhum caso a propriedade em Jacuizinho foi vendida. Quer dizer, a decisão de migrar foi feita com cautela, o que pressupõe o uso da racionalidade (PEIXOTO, 2010).

Caxias do Sul faz parte do COREDE Serra. Assim como outros municípios deste COREDE, costuma atrair migrantes sazonais, como é o caso da colheita da uva. Entretanto, não foi esse o caso dos migrantes de Jacuizinho que para lá se dirigiram. Em anos diferentes, os migrantes foram para áreas rurais produtoras de hortaliças e frutas. Na decisão de migrar estava a motivação econômica, ou seja, a obtenção de maior renda do que aquela proporcionada em suas pequenas propriedades de origem. Isso está de acordo com uma das “leis” sobre a migração de Ravenstein (KLEIN et al.; PEIXOTO, 2010), que destaca a predominância dos fatores econômicos dentre as motivações para migrar.

Regiões com necessidade de mão-de-obra, como é o caso de Caxias do Sul, oferecem salários ou ganhos mais elevados do que regiões com economia estagnada ou sem demanda de mão-de-obra, o que se configura como um fator de

atração (MUNIZ, 2002). Por outro lado, a migração, sob a ótica histórico-estruturalista, resulta da desigualdade econômica entre regiões desenvolvidas e não desenvolvidas, e que os centros desenvolvidos atraem migrantes, o que pode ser facilmente observado na comparação entre Caxias do Sul e Jacuizinho (SINGER, 1980).

Esse último aspecto fica evidente nos benefícios que a migração trouxe para este segundo grupo analisado, influenciando na decisão sobre o retorno. A experiência e a aprendizagem adquiridas no pólo de atração (Caxias do Sul) foram aplicadas no local de origem. Neste caso, o maior impacto não se deu na saída, ao reduzir a população e nem economicamente, já que a produção das propriedades dos migrantes não representava economia significativa (ou quase nada) ao município. O verdadeiro impacto deu-se no retorno dos migrantes.

Cabe aqui ressaltar que a atividade econômica mais importante de Jacuizinho, por mais de um século, foi a criação de gado, utilizando para isso os campos nativos. Para os moradores desse período, áreas fora deste padrão não tinham valor. Na década de 70, iniciou-se a cultura mecanizada de soja, e novamente terras com relevo acidentado eram deixadas de lado. Nestas, apenas culturas de subsistência da família, ou fumo, conforme relato de um dos entrevistados. Em outras palavras, não havia saída para os pequenos proprietários dessas áreas.

Por trás dos fluxos migratórios, há mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais (GONÇALVES, 2001). O atraso econômico de pequenas propriedades rurais se deve muitas vezes pela falta de conhecimento de alternativas para torná-las produtivas.

O que poderia ter sido feito há muito através de estratégias ou políticas de fixação do homem no campo os migrantes do interior de Jacuizinho acabaram “descobrir” com seu deslocamento para Caxias do Sul: havia saída, sim, para eles. Com a experiência, obtiveram uma nova visão de alternativas de produção, de renda, de modo de vida e, sobretudo, de uso do solo, que é semelhante entre as duas localidades. Conforme o relato de um dos entrevistados, lá em Caxias do Sul todos os cantos são aproveitados. Em conseqüência, estão plantando hortaliças e desenvolvendo a fruticultura, que já está dando retorno financeiro.

Segundo a teoria econômica, a zona rural, por ter baixa produtividade e ganhos, acaba por transferir parte de sua população para os centros urbanos

(BRITO, 2009). Isso é válido em alguns casos, como no primeiro grupo analisado, em que houve migração rural-urbana. No caso do grupo que migrou para Caxias do Sul, a causa foi a mesma, mas o fluxo foi rural-rural. Com uma ressalva: este último grupo retornou ao perceber que tinham condições de desenvolver no local de origem, em suas pequenas propriedades, o mesmo que faziam em Caxias do Sul.

Segundo os entrevistados, existe mercado nas cidades vizinhas para os produtos hortifrutigranjeiros. Se fosse montada uma central de abastecimento, tipo cooperativa, seria mais fácil a comercialização desses produtos. Por enquanto, cada produtor comercializa diretamente com os supermercados e fruteiras da região.

“Hoje, os migrantes procuram, crescentemente, uma alternativa para a sobrevivência no seu próprio lugar de origem, em vez de se alimentar com a ilusão de uma melhoria social no seu lugar de destino” (BRITO; CARVALHO, 2006, p.15). Portanto, cabem políticas públicas de incentivo para culturas adequadas ao tipo de relevo das propriedades rurais do interior de Jacuizinho, que podem partir tanto da Secretaria de Agricultura do município como da Emater. Assim, “enquanto não houver uma política de incentivo para o setor rural, melhorando o nível de vida e o bem-estar dos indivíduos, continuarão ocorrendo as migrações para o setor urbano” (KLEIN et al. 2009, p.5).

Também o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2009, p. 40), em sua análise sobre o Território Rural Centro-Serra, em que inclui o município de Jacuizinho, recomenda: “Devido à grande concentração de pequenos estabelecimentos com pouca área no território, agravado pela diminuição de mão-de-obra, a fruticultura, por proporcionar maior renda por hectare, surge como opção sustentável”.

Ainda é cedo para se ter uma noção exata do impacto das novas iniciativas dos produtores. Conforme o site Cidades do IBGE, houve pouca variação em termos de hectares plantados e colheitas de frutas. Dentre os itens relacionados, caqui, figo, laranja, limão, maçã, pêra, pêssego, tangerina e uva, apenas caqui, maçã, pêssego e uva tiveram aumento de área plantada de 2004 a 2010. A produção de caqui, com 2 hectares e 14 toneladas colhidas em 2004, passou para 3 hectares e 21 toneladas em 2010. A maçã teve o melhor desempenho nesse período: de 1 hectare plantado e 1 tonelada em 2004, passou para 2 hectares e 24 toneladas em 2010 (IBGE/CIDADES, 2010).

5 CONCLUSÕES

No cumprimento dos objetivos específicos deste estudo, resgatam-se seus aspectos centrais que são detalhados a seguir.

1º) As principais teorias que estudam a migração verificadas neste trabalho são as abordagens micro ou neoclássica-funcionalista e a macro ou estruturalista. Alguns autores acrescentam uma terceira abordagem, que é a familiar ou domiciliar.

Na abordagem micro, a decisão de migrar cabe ao indivíduo. Ainda que o contexto social e o econômico sejam fatores condicionantes na decisão, a vontade individual é a que prevalece. Geralmente, a decisão baseia-se na perspectiva de renda ou melhores ganhos. O fator repulsão está associado ao local de origem, isto é, um contexto não satisfatório (econômico e/ou social) que impele o indivíduo a migrar. Na escolha do local de destino estaria o fator atração, que preenche as condições ausentes no local de origem.

A abordagem macro está associada a fatores histórico-estruturais e envolve grupos sociais. Assim, a migração seria uma resposta a determinados contextos sociais, econômicos e políticos que levam grupos a migrar.

Na abordagem familiar ou domiciliar, a decisão sobre migrar ou não é debatida entre os membros da família. Às vezes, apenas parte da família migra, por exemplo, os filhos.

2º) Com relação aos movimentos migratórios brasileiro e gaúcho, verificou-se que foram de composição variada ao longo do tempo, em função de situações específicas de atração e/ou repulsão. Como este trabalho atém-se ao final do século XX e início do século XXI, são destacadas algumas características destes movimentos para o Brasil e o Rio Grande do Sul de 1990 até 2010.

Após um intenso fluxo migratório em meados do século XX, grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, começam a perder atratividade. Deste modo, o Nordeste, por exemplo, principal região fornecedora de migrantes, passa a reter mais seus habitantes, inclusive passa a receber contingentes que retornam a seus locais de origem. Violência, desemprego e qualificação profissional, entre

outros, são fatores negativos (repulsão) que influíram na diminuição da migração entre as regiões brasileiras.

Uma tendência verificada nos últimos anos é a opção por cidades médias do interior dos estados, onde os fatores negativos dos grandes centros urbanos são, teoricamente, minimizados.

Do mesmo modo que no cenário nacional, a migração para outros estados diminuiu sensivelmente no Rio Grande do Sul nas últimas décadas. O que se observa agora são migrações inter e intra regionais. As regiões que mais recebem migrantes são os pólos industriais e econômicos.

3º) A análise das causas e conseqüências da migração interna no caso do município de Jacuizinho possibilitou inicialmente verificar que ocorreram migrações sem retorno e com retorno, desencadeadas por fatores específicos e com conseqüências diferenciadas.

Quanto às migrações sem retorno, verificou-se que foram no sentido rural-urbano. A causa principal é a renda insuficiente gerada na pequena propriedade rural, acrescida pela falta de acesso à educação. Como conseqüência, a população rural vai “envelhecendo”, pois são os jovens que saem à procura de melhores oportunidades de renda e de estudo. Em alguns casos, verificou-se ajuda por parte dos que migraram aos que ficaram, minimizando as condições precárias do ambiente em que estes últimos vivem.

Em relação às migrações com retorno, o sentido foi rural-rural-rural, com impacto positivo na volta às origens. A causa da migração, neste grupo, também é a questão da renda insuficiente. O que se pode dizer destes indivíduos que retornaram é que eles, além de aumentarem a renda enquanto estiveram fora, se qualificaram o suficiente para se tornarem empreendedores quando do retorno às suas propriedades. Perceberam que há alternativas para produtos rentáveis e adequados ao tipo de solo de suas propriedades.

A nova visão (*know-how*) desses migrantes pode servir de exemplo para outros pequenos produtores rurais. Também é um estímulo para que órgãos públicos, como Prefeitura, Emater e outros, criem alternativas, através de programas, para os homens do campo, dando todo o suporte possível em termos de infraestrutura, qualificação e assistência técnica.

4º) Algumas dificuldades surgiram no decorrer da elaboração deste trabalho. Entre elas, cita-se a falta de estatísticas oficiais sobre o número de migrantes de Jacuizinho. Em parte, isso se justifica pelo fato de o município ser novo. Por outro lado, faltam dados sobre o impacto do *know-how* ocasionado pelos migrantes que retornaram.

Por isso, uma sugestão para um novo estudo é o acompanhamento dessas novas possibilidades de fixação do homem no campo.

REFERÊNCIAS

- BIAGIONI, Daniel. Mobilidade social e migração interna no Brasil. Disponível em < http://www.centrodametropole.org.br/static/uploads/daniel_biagioni.pdf > Acesso 22 Jan.2012.
- BORBA, Jason Tadeu et al. **Monografia para Economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Território Rural Centro Serra. 2009. Disponível em < http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_qua_territorio148.pdf > Acesso em 25 mar.2012
- BRITO, Fausto. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. 2009. Disponível em < <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/FaustoBrito.pdf> > Acesso em 21 Jan.2012.
- BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto M. de. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 a 2000 pelas PNADs. Disponível em < http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_583.pdf > Acesso em 21 Jan.2012.
- ESPUMOSO/RS. História de Espumoso. Disponível em < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/espumoso.pdf> > Acesso em 16 mar.2012
- GONÇALVES, Alfredo José. Migrações internas: evolução e desafios. Estudos Avançados, v.15, n.43, São Paulo, set/dez.2001. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300014&script=sci_arttext > Acesso em 20 Jan.2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Censo Agropecuário de 2006. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf> > Acesso em 16 mar.2012
- IBGE. Cidades/RS. Censo 2010. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> > Acesso em 01 jun.2012.
- JARDIM, Maria de Lourdes; BARCELLOS, Tanya M. de. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos COREDEs. 2004. Disponível em < <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/SCII-3.pdf> > Acesso em 18 mar.2012.
- KLEIN, Maria Regina; MASSUQUETTI, Angélica; SPRICIGO, Gisele. Migrações internas e perspectivas para o rural: um estudo do município de Novo Hamburgo

(RS). 2009. Disponível em < <http://www.sober.org.br/palestra/15/751.pdf> > Acesso em 16 mar.2012.

KONZEN, Otto G. A pequena propriedade rural em Santa Catarina: situação, problemas e busca de soluções. **Análise Econômica**, ano 4, n.7, novembro/86, p.39-62. Disponível em < seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/download/10255/5992 > Acesso em 01 jun.2012.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. As formas de produção no Rio Grande do Sul e sua relação com a emigração rural. **AGRÁRIA**, São Paulo, n.2, p.69-92, 2005. Disponível em < http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/2/medeiros_rmv.pdf > Acesso em 20 mar.2012.

MONTAGNER, Clara Luiza. **Salto do Jacuí**: de Potreirinho a Capital da Energia Elétrica. Tapera (RS): GESPI, 2005.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. Um ensaio sobre as causas e características da migração. Disponível em < http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio_migracao.pdf > Acesso em 17 Jan.2012.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro de. Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Disponível em < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/reflexoes_deslocamentos/deslocamentos.pdf > Acesso em 22 jan.2012

PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. Disponível em < <http://mim2010.eu/wp-content/uploads/2010/11/joa-peixoto-teorias-explicativas.pdf> > Acesso em 18 Jan.2012.

RS. Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em < <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=296> > Acesso em 18 mar.2012

SANTOS, Mauro Augusto dos et al. Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Disponível em < <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20398.pdf> > Acesso em 15 Jan.2012.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14.ed. São Paulo: Contexto, 1980.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. Disponível em < <http://soniaa.arq.prof.ufsc.br/arg1001metodologiacinetificaplicada/met2008/yin.pdf> > Acesso em 22 mai.2012.

ANEXO – RELATO DOS DEPOIMENTOS

Dona Lola, 87 anos – Rua Helmano Kellermann – centro – Jacuizinho

Mora há aproximadamente 70 anos no município. Relata que assim que se casou veio morar aqui. Na vila, tinha vários estabelecimentos, como:

- Casa Pinto: comercializava vários produtos, entre eles alimentos, tecidos, calçados e tinha moinho de arroz.
- sapataria
- igreja, que é muito antiga
- seleiro: produção e comercialização de indumentárias gaúchas (arreios, rédeas, pelegos)
- funilaria: produção de aberturas de casas, alumínio, latas ...
- atendimento médico (Dr. Heckman)
- duas farmácias: Solar e a do Pedro Laaison
- correio
- cartório
- grupo escolar até a 4ª série
- clube social
- Hotel Érica Hibner

A entrevistada também tinha um hotel chamado Novo Hotel, com bomba de gasolina e bar.

Em 1969 foi inaugurado o atual CTG da cidade.

Conta que na época em que veio residir aqui (70 anos atrás), havia uma população mais numerosa que nos dias de hoje. A população vivia do comércio, os que tinham, e os demais da agricultura e pecuária.

Predominava como meio de transporte: cavalos, carroça, charrete, “aranha”; a seguir, jipe, camioneta. As famílias mais ricas tinham carros.

Na época, usava-se vela, castiçal, lampião, para iluminação à noite. A água era puxada com balde dos poços. A roupa era lavada no rio.

Dona Lolita conta que em seu hotel muitas pessoas se hospedaram na época da construção da usina Hidrelétrica do Salto do Jacuí. Conta que tinha uma geladeira a querosene.

Lembra que quando o município de Espumoso se emancipou, Jacuizinho já lutava pela sua emancipação, mas por algum motivo saiu a emancipação para Espumoso. Logo Jacuizinho ficou dependente de Espumoso. Assim que Salto do Jacuí se emancipou, Jacuizinho ficou pertencendo para Espumoso e Salto do Jacuí (uma parte para cada um).

Relata que assim que começou a construção da usina hidrelétrica do Salto do Jacuí muitas pessoas daqui (Jacuizinho) foram trabalhar lá, assim como outras pessoas da região também foram para o Salto.

Nesta época (deve fazer aproximadamente uns 50 anos) começou a saída da população local. Alguns por motivo de melhores condições de vida e renda e outros foram para outros municípios para poder dar condições de estudo para os filhos.

Hoje Jacuizinho, apesar de sua história, é um município pequeno e de pouco desenvolvimento em relação ao seu passado, que era bem estruturado. A maioria da população urbana vive de emprego da prefeitura, poucas pessoas são empregadas e têm atividade rural.

Rodrigues – Linha São Jorge (15/03/12)

E. conta que trabalhava na sua propriedade com a família, onde plantavam milho, feijão, mandioca, batata doce, fumo para venda, e hortaliças. O que produziam era para o consumo familiar e vendiam apenas a produção de fumo. Por intermédio de seu filho, que trabalhava em Caxias do Sul em uma fazenda, foram também para lá, pois a renda seria superior a da que tinham aqui. A propriedade daqui não foi vendida, e de tempos em tempos, vinham ver e fazer algumas atividades típicas, como limpar (roçar) e também plantar árvores frutíferas. Foram no ano de 1995. Moraram oito anos em Caxias do Sul; trabalhavam com hortaliças (plantio, cultivo e colheita). Voltaram porque decidiram que podiam cultivar nas suas próprias terras hortaliças e frutas para aumentar a renda. O que incentivou esta decisão foi a experiência vivida em Caxias, onde aprenderam a cultivar melhor e apesar de não trabalhar com fruticultura, começaram na propriedade em Jacuizinho, porque lá em Caxias é predominante esta cultura também. Logo que retornaram começaram a expandir a área plantada de árvores frutíferas e hortaliças. Mais tarde passaram a dedicar-se à fruticultura para comercialização nos mercados da região, o que trouxe satisfação para a família.

Contam que esta experiência foi valiosa para todos, pois aprenderam coisas novas e assim tiveram uma visão mais ampla sobre a agricultura e sua comercialização.

Francisco Rodrigues – Linha São Jorge

Francisco vivia com seus pais no município de Jacuizinho, na Linha São Jorge, com propriedade rural de pouca renda. No ano de 1992, foi trabalhar em Caxias do Sul, em uma fazenda conhecida como Fazenda Souza. Trabalhava com hortaliças; além de sua renda ser bem melhor do que tinha em Jacuizinho, ganhava também porcentagem pela produção, sendo o maior motivo para sair de seu município em busca de melhores condições de renda. De trabalhador no cultivo de hortaliças, passou para gerente de uma das filiais da Fazenda Souza e assim passou 11 anos em Caxias do Sul.

Decidiu voltar porque seu pai e mãe também foram para lá e estavam retornando a Jacuizinho. Juntos retornaram à sua propriedade no interior de Jacuizinho, onde começaram a aplicar os conhecimentos e experiências vividas em Caxias do Sul e então passaram a cultivar frutas, que é a principal fonte de renda da família hoje. Francisco tem sua família, mas ele e o pai trabalham em sociedade.

Casal Silva – Linha São Jorge

O motivo pelo qual os filhos saíram da propriedade rural foi pela falta de renda suficiente para o sustento de toda a família (casal, duas meninas e dois rapazes). Os rapazes saíram porque decidiram que não havia condições de prosperar com a pequena propriedade dos pais, além da dificuldade de locomoção, ou seja, distante da cidade e estradas de más condições, a família não possuía carro ou meio de transporte próprio. Até tentaram ficar no meio rural pelo Banco da Terra, mas algumas exigências impossibilitaram. Foram morar em Tapera (RS), município

próximo, onde um dos filhos faz cinco anos que trabalha em uma cooperativa, e o outro filho há dois trabalha numa metalúrgica.

Segundo a mãe, os filhos ajudam eles aqui no interior e agora os filhos conseguiram um carro simples para deixar para os pais e as irmãs usarem. Isso facilitou e já melhorou um pouco as condições de vida da família. Os filhos que estão em Tapera estão satisfeitos. Um dos filhos até tem vontade de voltar para o meio rural, mas no momento ainda não deu para voltar.

A família atualmente vive da renda do leite e do mel. Plantam outros alimentos, mas é para o próprio gasto da família. Estão com uma área plantada de frutas, mas ainda não está produzindo, mas assim que produzir querem comercializar para ajudar na renda familiar.

A Emater dá assistência, auxiliando no plantio ou técnica para trabalhar com o que se produz na propriedade.

Antenor, 32 anos, Serra dos Engenhos, Jacuizinho – RS

Em 1996, por motivos financeiros, busca de experiência e por intermédio de amigos, saiu do seu município para ir para Caxias do Sul-RS. Voltou para ficar junto dos pais e para colocar em prática o que aprendeu e hoje, junto com seu irmão, trabalham junto com verduras e frutas, que começara a comercializar e estão bem satisfeitos com as conquistas.

Em Caxias do Sul, A. conta que, quando foi para lá, tinha 16 anos, ficou um ano e voltou; logo retornou a Caxias e relata que trabalhou com verduras, frutas, apicultura, armazenagem, ou seja, onde precisassem de alguém para trabalhar, em qualquer área, ele se dispunha. Diz que tudo que sabe hoje sobre agricultura, plantação, preparo de terra, maquinário etc, aprendeu tudo em Caxias. Diz que a visão de produção, renda, modo de vida, era bem diferente daqui, e aprendeu muito com a experiência deste trabalho. Conheceu a Ceasa, onde iam entregar os produtos. As terras em Caxias são dobradas, mas se cultiva tudo e aqui não era assim. Aprendeu a trabalhar com irrigação e os maquinários e com a informatização que tinha na fazenda.

Casal Costa, Passo Real, na divisa de Salto com Jacuizinho.

Os filhos saíram porque queriam estudar e conseguir emprego que fosse capaz de dar uma renda melhor que a da agricultura que tinham. Dos 4 filhos que saíram, nenhum pensa em voltar. Dois estão morando e trabalhando em Salto do Jacuí, um em Passo Fundo e um em Porto Alegre.

Casal Ribeiro, Passo Real

Dois filhos foram em busca de estudo e mais oportunidade de emprego, porque a renda familiar vinda da agricultura era insuficiente para o sustento das famílias. A Emater não tem dado assistência. Não pretendem retornar, porque estão empregados e no momento vale mais a pena estar na cidade. Um dos filhos está em Roque Gonzáles (RS) e o outro em Salto do Jacuí.

Casal Pereira, Rincão dos Costa.

Os filhos saíram por motivo de baixa renda; foram em busca de estudo, que não tinham aqui. A propriedade tem plantio de arvoredo e alimentos básicos para o consumo familiar. Trabalham com leite e comercializam. A Emater não dá assistência à família. Hoje apenas o casal mora na propriedade e os seus dois filhos foram estudar e hoje um está em Espumoso, trabalha na cooperativa, e o outro está em Passo Fundo, trabalha na firma Semeato.

Casal Teixeira e filhos, distrito de Bela Vista, Jacuizinho (RS)

Saíram porque a renda oferecida fora era maior que a da sua propriedade. Foram para Caxias do Sul (RS) para trabalhar na Fazenda Souza, cuidar de 6 hectares de maçã, 2 de ameixa e 2 de pêsego. Voltaram por motivos familiares. Com a experiência adquirida resolveram experimentar utilizar o aprendizado em suas próprias terras. Quando voltaram, melhoraram o pomar que já tinham, aumentando a área plantada. Trabalharam com feira e já faz 5 anos que comercializam na feira do município, uma solicitação dos próprios produtores.

Em Caxias do Sul, em 2001, quando foram para lá, aprenderam a trabalhar com maquinário, forma de tratamento, como fazer a poda das arvores, armazenamento. Além disso, a geografia do lugar era muito parecida com a daqui de Jacuizinho, terras dobradas, de cerro, e lá em Caxias se planta em todo o lugar, cerro ou não; já a realidade daqui (Jacuizinho) era outra, ou seja, não se abria os cerros para plantar, aí se tinha pouca terra de plantio, então ficava menos ainda. Desta forma, ao sair daqui, a família teve uma outra visão de agricultura, de plantio, renda e adquiriu muitos ensinamentos, que após esta experiência serviu muito para melhorar o padrão de vida da família.